

# OBSERVATORIO IBEROAMERICANO DEL DESARROLLO LOCAL Y LA ECONOMÍA SOCIAL

29

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MUDANÇA CULTURAL: ARMAZÉNS DE SECOS E MOLHADOS NA CULTURA E MEMÓRIA BRASILEIRA

Karime Massignan Grassi Vieira

Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGTU-PUCPR),  
Curitiba, Paraná, Brasil, arqkarime@hotmail.com

Letícia Peret Antunes Hardt

Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGTU-PUCPR)  
Curitiba, Paraná, Brasil, l.hardt@pucpr.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Karime Massignan Grassi Vieira y Letícia Peret Antunes Hardt: “Desenvolvimento econômico e mudança cultural: armazéns de secos e molhados na cultura e memória brasileira”, Revista OIDLES, Vol 14 Nº 29 (diciembre 2020). En línea:  
<https://www.eumed.net/es/revistas/oidles/vol-14-no-29-diciembre-2020/cultura-memoria-brasil>

### RESUMO

A investigação é voltada à análise de processos de transformação urbana contribuintes no desenvolvimento e posterior decadência do modelo comercial dos armazéns de secos e molhados no Brasil. Com o objetivo de discutir dinâmicas temporais de práticas cotidianas de dependência entre cultura e economia, a pesquisa parte dos deslocamentos humanos em caminhos tropeiros, que promoveram relações sociais favoráveis a esse tipo de negócio nos anos 1800 no contexto sul-brasileiro. Com estrutura múltipla de métodos, abordagem qualitativa e natureza interpretativa, o estudo foi baseado em revisão bibliográfica e levantamento documental, além de registros pessoais in loco. Os resultados são sistematizados sob três dimensões: recorte identitário, revelando mudanças urbanísticas derivadas do dinamismo econômico; perspectiva cultural, identificando permanências e alterações das atividades diárias; e preservação memorial, reconhecendo valores interdependentes da cultura e da economia. Essas condições produzem respostas à questão investigativa sobre as formas pelas quais as dinâmicas envolvendo o comércio que propiciaram a popularização daqueles estabelecimentos coloniais contribuíram para a formação de áreas urbanizadas no país em períodos anteriores ao século XXI, considerando o seu legado material. Conclui-se, assim, que a “cidade-memória” tem capacidade de expressar interações, no espaço e no tempo, do patrimônio tangível e intangível de determinada sociedade.

**Palavras-chave:** recorte identitário, perspectiva cultural, preservação memorial, patrimônio material e imaterial, Sul do Brasil.

## DESARROLLO ECONÓMICO Y CAMBIO CULTURAL: ALMACENES DE SECOS Y HÚMEDOS EN LA CULTURA Y LA MEMORIA BRASILEÑA

### RESUMEN

La investigación se centra en el análisis de los procesos de transformación urbana que contribuyeron al desarrollo y posterior deterioro del modelo comercial de almacenes de secos y húmedos en Brasil. Con el objetivo de discutir la dinámica temporal de las prácticas cotidianas de dependencia entre cultura y economía, el trabajo parte de los desplazamientos humanos en caminos tropeiros, que promovieron relaciones sociales favorables a este tipo de negocios en los años 1800 en el sur-brasileño. Con una estructura múltiple de métodos, enfoque cualitativo y carácter interpretativo, el estudio se basó en la revisión bibliográfica y relevamiento documental, además de registros personales "in loco". Los resultados se sistematizan en tres dimensiones: corte identitario, revelando cambios urbanísticos derivados del dinamismo económico; perspectiva cultural, identificando permanencias y cambios en las actividades diarias; y preservación memorial, reconociendo valores interdependientes de la cultura y la economía. Estas condiciones dan respuesta a la pregunta investigativa sobre las formas en que la dinámica comercial que llevó a la popularización de estas instalaciones coloniales contribuyó a la formación de áreas urbanizadas en el país en periodos anteriores al siglo XXI, considerando su legado material. Se concluye, por tanto, que la "ciudad memoria" tiene la capacidad de expresar interacciones, en el espacio y el tiempo, del patrimonio material e inmaterial de una sociedad determinada.

Palabras clave: corte identitario, perspectiva cultural, preservación memorial, patrimonio material e inmaterial, Sur de Brasil.

## ECONOMIC DEVELOPMENT AND CULTURAL CHANGE: DRY AND WET WAREHOUSES IN BRAZILIAN CULTURE AND MEMORY

### ABSTRACT

The investigation is focused on the analysis of urban transformation processes that contributed to the development and subsequent decay of the commercial model of dry and wet warehouses in Brazil. With the objective of to discuss temporal dynamics of daily practices of dependence between culture and economy, the research starts from human displacements in tropeiro paths, which promoted favorable social relations to this type of business in the 1800s in the southern Brazilian context. With a multiple structure of methods, qualitative approach and interpretative nature, the study was based on bibliographic review and documentary survey, in addition to personal records 'in loco'. The results are

systematized under three dimensions: identity cut, revealing urban changes derived from economic dynamism; cultural perspective, identifying permanences and changes in daily activities; and memorial preservation, recognizing interdependent values of culture and the economy. These conditions produce answers to the investigative question about the ways in which the dynamics involving trade that led to the popularization of those colonial establishments contributed to the formation of urbanized areas in the country in periods prior to the 21<sup>st</sup> century, considering their material legacy. It is concluded, therefore, that the 'memory city' has the capacity to express interactions, in space and time, of the tangible and intangible heritage of a given society.

Key words: identity cut, cultural perspective, memorial preservation, material and immaterial heritage, Southern Brazil.

## 1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de discutir dinâmicas temporais de práticas cotidianas de dependência entre cultura e economia, este estudo parte da interpretação dos deslocamentos humanos que promoveram, no século XIX, relações sociais favoráveis ao comércio em armazéns de secos e molhados na Região Sul do Brasil. Seguindo o caminho dos tropeiros, essas movimentações foram baseadas na produção, transporte e consumo de bens, estabelecendo diretrizes propícias ao surgimento desses estabelecimentos (Bach, 2010).

Centradas em atividades comerciais, são observadas questões relacionadas ao espaço e ao tempo, respondendo a seguinte questão de pesquisa: de que formas as dinâmicas envolvendo o comércio que propiciaram a popularização dos armazéns de secos e molhados contribuíram para a formação de cidades brasileiras em períodos anteriores ao século XXI, considerando o legado da sua cultura material? A partir deste questionamento, configura-se a abordagem temática da investigação, com a sua delimitação fomentando a busca por informações acerca desses estabelecimentos coloniais e permitindo a interpretação da sua situação identitária atual. Evidenciando-os como contribuintes nos processos de instalação de povoamentos, vilas e cidades, reavivando, na memória social, seu papel enquanto formador do patrimônio cultural herdado, visa-se, secundariamente, a assimilação de conhecimentos na perpetuação dessa conformação memorial.

Mesclado às novas construções, em diferentes modos de fazer e de viver no Brasil, para Certeau, Giard e Mayol (2013[1990]), o antigo pode constantemente ser visto como sinônimo de subdesenvolvimento. No entanto, faz parte do entendimento da cultura que cada sociedade conheça e registre práticas e saberes que já foram cotidianos, os quais, associados a outros elementos socioeconômicos e culturais, oferecem resultados únicos. Nesse âmbito, discute-se a preservação da memória a partir de bens materiais, partindo do pressuposto do espaço e suas dinâmicas de usos como produtos históricos e relacionais formados nas atividades diárias da comunidade.

Considerando o fato de que o Brasil é resultante de interesses colonizadores, assimilando culturas de outras nações e as adotando como suas (Boto, 2000), destaca-se o registro de trajetórias comerciais contribuintes na formação cultural própria do brasileiro. Pelo ponto de vista de Ribeiro

(2015[1995]), o país é culturalmente híbrido, feito da miscigenação de diferentes matrizes que resultaram, por exemplo, no crioulo, no caboclo, no sertanejo, no caipira e no sulino.

Sob este prisma, a heterogeneidade é intrínseca à cultura brasileira (Haesbaert, 2012), derivada da mistura trazida pelas tradições indígenas, portuguesas, africanas e europeias, dentre outras, formando o rol de arquiteturas e arranjos socioculturais presentes nas cidades do país. Superando desafios, as expressões comerciais coloniais permaneceram com maior ou menor significado. A partir dessa prerrogativa, verificam-se os resultados dessa formação coletivamente moldada nos séculos precedentes ao XXI, representadas pelos comerciantes e frequentadores dos armazéns de secos e molhados.

Diante da contextualização do problema abordado, a pesquisa contempla apropriações na composição e utilização desses espaços por seus agentes. Também considera as práticas e os significados culturais inerentes às permanências em termos de artefatos e usos, aos cenários de registro de heranças e memórias, e às expressões de reprodução social, registrando ações de natureza objetiva e subjetiva para processos de ordem urbanística.

A partir desses preceitos, a investigação foi desenvolvida sob estrutura múltipla de métodos, com abordagem qualitativa e natureza interpretativa, baseada em revisão bibliográfica e levantamento documental proveniente, essencialmente, de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2020a), de documentos de prefeituras municipais e de informações de museus oficiais, além de registros pessoais in loco em cidades indicadas na sequência do texto, dentre outras fontes primárias e secundárias. Como sistema resultante dos efeitos do desenvolvimento socioeconômico, a leitura principal parte de conceitos estruturantes sobre a temática, visando à compreensão de particularidades no processo de construção de identidades.

## **2 RECORTE IDENTITÁRIO: MUDANÇAS URBANÍSTICAS DERIVADAS DA DINÂMICA ECONÔMICA**

Como se constrói identidade social a partir de características urbanas produzidas pelas condições de desenvolvimento da economia? Nesta pesquisa, interessa substancialmente a questão levantada por DaMatta (1986, p.1) sobre “o que faz o Brasil, Brasil?”. O país acumula vastas experiências, algumas necessárias à própria sobrevivência, desde as pressões sofridas pelo povo original até as dificuldades impostas pelo relevo e clima aos colonizadores, bem como as necessidades de adaptações às línguas trazidas de outros continentes e às inerentes dificuldades de assimilação de culturas e costumes derivados de diversas nacionalidades.

Da soma de tantas matrizes, procede a formação da identidade cultural, para a qual, no caso brasileiro, contribuiu fortemente a herança trazida, em um primeiro momento, por portugueses, espanhóis, franceses e holandeses, e, posteriormente, por alemães, italianos, poloneses e ucranianos, dentre outros imigrantes. A criação e permanência de bens identitários de uma sociedade podem ser vistas sob o entendimento prático de teorias econômicas, como as enunciadas por Debreu (2001[1959]) e Lancaster (1991), que propõem, a partir de um universo de certezas entre

propriedades físicas do artefato, ou seja, suas qualidades, data e lugar, os acontecimentos que condicionam sua entrega.

Nos estados do Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a identidade cultural ficou marcada pela ocorrência de processos que impulsionaram a formação de agrupamentos humanos, vilas e cidades, passando por diversas mudanças e permanências. Estudioso em narrativas históricas brasileiras, Bach (2010) narra o papel do tropeirismo como fenômeno no vencimento de distâncias, na definição de traçado de trilhas, na adaptação de caminhos e na consolidação de povoamentos.

Embora esse decurso tenha ocorrido mundialmente, cada localidade conserva características próprias, dependendo de como as pessoas se posicionaram e quais escolhas fizeram, formando sistemas com estilos diferentes nos modos de viver. No caso do Brasil, as rotas dos tropeiros que se deslocavam, no século XIX, entre São Paulo e Rio Grande do Sul recebiam grupos de imigrantes europeus vindos principalmente da Alemanha, da Itália, da Polônia e da Ucrânia. Essa condição propiciou o surgimento e desenvolvimento do Sistema Regional Sul da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), constituindo, de acordo com Freire e Lacerda (2017), um polo favorável ao desenvolvimento socioeconômico e cultural da região.

Adaptando-se às transformações das subseqüentes dinâmicas econômicas, populacionais e sociais, o território do atual estado de Santa Catarina constituiu importante rota de navegadores no início dos anos 1500, quando era habitado principalmente por índios da tribo Tupi-Guarani. No século seguinte começou a ser mais intensamente povoado com a chegada dos bandeirantes. Em 1829, recebeu os primeiros imigrantes alemães, seguidos dos italianos em 1877 (SC, 2020).

O Paraná, estado que faz divisa com Paraguai e Argentina, foi inicialmente procurado por europeus no século XVII, em especial por suas florestas, abundantes de madeiras nobres; pela oferta de escravos, a maior parte indígena; e pela possibilidade frustrada de exploração de minérios. Seus grandes rios serviram, por muitas décadas, ao transporte fluvial de mercadorias e pessoas. Distribuída entre campos e florestas, a vegetação permitiu a formação de importante polo de agricultura e pecuária (Mocellin, 2018).

Fosse na condução de gado em tropas e no transporte de produtos manufaturados e gêneros agrícolas, ou sob a forma de sesmarias, o território do estado do Rio Grande do Sul era ocupado, até o final do século XVII, por povos indígenas, mas com o advento do tropeirismo, despontou como relevante área comercial. Os tropeiros necessitavam de vestimentas, chapéus, ponchos, botas e alimentos básicos; ao mesmo tempo, seus cavalos precisavam de selas, bolsões e arreios. Parando para pernoitar e para descansar os animais, inicialmente em tendas improvisadas e posteriormente em abrigos mais estruturados (ranchos), possibilitaram a transformação de locais inóspitos em povoações e vilas, surgindo os consumidores que se abasteciam das tropas e, mais tarde, dos mascates (Quevedo, 2003).

Entre sesmarias e arraiais, os deslocamentos humanos e o nascimento de vilas no Sul ocorreram principalmente em função da movimentação dos tropeiros, que levavam gado para engorda nos pastos sulistas, a partir da Região Sudeste. Posteriormente, esses movimentos foram reforçados pelo transporte de cargas comerciais, inicialmente no lombo de animais, aumentando o

volume pelo emprego de carroções, trens e embarcações, como, por exemplo, o vapor Pery no Rio Iguaçu (Bach, 2010).

A madeira foi um produto intensamente comercializado, pela sua utilidade tanto na construção de imóveis e em pequenas reformas, quanto na fabricação de móveis e cercas, dentre outras aplicações urbanas e rurais. Outro produto forte em vendas foi a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), árvore originária da Mata Atlântica, cujas folhas em infusão são ainda hoje comumente utilizadas como chá, chimarrão ou tererê, dentre outras bebidas estimulantes e digestivas consumidas no Sul e Sudeste do Brasil (Freitas et al., 2011).

A situação comercial se tornou fervilhante em meados do século XX e tanto a madeira como a erva-mate, bem como utensílios e ferramentas úteis no conserto das embarcações de madeira e de carroças, na lida com os cavalos, no fornecimento de equipamentos no trato dos serviços e no transporte dos ervais até os consumidores, ocupavam as prateleiras dos armazéns de secos e molhados. Ainda em formação, as pequenas e grandes cidades receberam tropas que passavam de sul a norte e geravam oportunidades de negócios. Bach (2010, p.31) comenta que os “[...] não tropeiros negociavam a sua produção de peças manufaturadas com os compradores e vendedores de animais [...]”. O mesmo autor ainda narra que, ao mesmo tempo em que chegavam produtos, também o comércio local era aquecido com a negociação de materiais como rédeas, baixeiros de lã, coxonilhos, arreios e panos de algodão, além de artigos de prata e ouro, dentre outros que eram vendidos aos mascates.

Bach (2010) explica que o desenvolvimento do tropeirismo teve início no século XVII, momento em que o Rei de Portugal estabeleceu capitânicas mais ao sul, oferecendo sesmarias para a criação de gado. A partir de então, caminhos foram abertos e colônias foram estabelecidas, intensificando a economia na região do Paraná, passando por Santa Catarina, até o Rio Grande do Sul.

Esses trajetos se desenvolveram principalmente em função dos movimentos oriundos da famosa Feira de Sorocaba, no estado de São Paulo, que ocorria entre os meses de março e abril, e na qual os interessados realizavam trocas comerciais. Nesses percursos, o pouso era necessário para o descanso de homens e tropas, caso em que pernoitavam utilizando formas variadas, sendo a mais rústica em camas improvisadas, mas também em ranchos abertos e cobertos de sapé, ou em pousadas e vendas.

De vários modos, a sociedade e as localidades envolvidas nesses itinerários foram marcadas pela exploração de riquezas, pela abertura de caminhos e pela transposição de barreiras, experimentando permanências de diferentes temporalidades. Quanto mais estendido o tempo de pouso em determinada localidade, maiores as interferências e as chances de mudanças ambientais mais definitivas. Pela soma de diversas ingerências, a paisagem natural foi sendo adaptada ao nascimento de vilas e comarcas, recebendo marcas de insurgências pela sua transformação gradativa em ambientes antropizados.

Embora em níveis diferenciados de abrangência, principalmente no século XX, a paisagem original se transformou em estágios acelerados nas cidades industriais, onde vilas operárias e centros operacionais interromperam a dinâmica naturalmente estabelecida. Foram alterações na configuração de ruas e bairros, nos tipos construtivos, nas escalas urbanas e nas próprias relações

sociais. Os interesses produtivos incrementaram o fluxo comercial, demandando outra modalidade de mudança: a melhoria na infraestrutura de transportes, quando as modificações passaram a acontecer de maneira mais intensa em claro processo de constituição de uma sociedade urbano-industrial capitalista (Oliven, 2010).

A partir de então, a intensidade dos deslocamentos humanos contribuiu para a alteração significativa de conexões e trocas de informações. Os movimentos facilitadores da aproximação entre pessoas, proporcionados pelas vias de transporte minimizadoras das dificuldades de acesso ao conhecimento, também possibilitaram, conforme Branski e Laurindo (2013), o desenvolvimento acelerado de opções tecnológicas para integração de redes logísticas. Essa mobilização passou por aceleração relevante. Enquanto os modos de fazer e de produzir eram mantidos basicamente entre os métodos artesanais, os armazéns figuraram prósperos e úteis nos ambientes urbanos, porém decaíram com a introdução de novos meios de produção em larga escala e em série.

Sobretudo a partir desse fato, o dinamismo desenvolvimentista alterou os modos de vida nos centros urbanizados. Essa reordenação resultante do ambiente pós-industrial levou boa parte dos habitantes das cidades do Sul, embora não exclusivamente, ao estabelecimento de inusitadas relações no âmbito das configurações e dos usos dos espaços habitados. Pela necessidade de reconfigurações urbanísticas, foram extintos afazeres e produtos icônicos, tal como ocorreu com os armazéns de secos e molhados que marcaram épocas e integraram a cultura nacional.

Essas instalações fizeram sentido enquanto os agrupamentos humanos, os modos de vida e o ordenamento espacial favoreceram as suas funcionalidades. No sentido da perda da memória cultural e do desenraizamento social, Tabacow (2004[1987], p.90), em organização de conferências proferidas por Roberto Burle Marx, informa que o conceituado paisagista brasileiro ainda no século XX criticou a dinâmica de organização dos centros urbanos no país e a paisagem formada pela introdução dos novos referenciais, citando que obras artísticas e arquitetônicas de relevância são perdidas a cada dia, “cedendo a essa atitude de negar o passado. Esquecem-se de que a coexistência dos tempos, cristalizada no trabalho acumulado de muitas gerações, é um dos principais encantos das cidades”.

Dessas adaptações, porém, surgem novas identidades constituídas como alternativas ao estilo de vida resultante. Há os que, como o autor anterior, compartilham preocupações com relação aos prejuízos à sociedade pela ruptura das ligações com a memória coletiva, com decorrente esquecimento de suas raízes culturais, acreditando que seja de responsabilidade da própria comunidade a perpetuação da conexão com seu passado histórico. Por outro lado, Giddens (2008[1991], p.9), por exemplo, estabelece a competência dos cidadãos enquanto agentes de transformação, afirmando que “os indivíduos contribuem para as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações”.

Vistas dessa maneira, as sociedades modernas estão em constantes, rápidas e permanentes mudanças e, segundo Hall (2006[1992]), contrastam com as tradicionais, nas quais o passado é venerado e os símbolos valorizados por conterem e perpetuarem experiências de gerações.

Contudo, o que está envolvido no processo do conhecer é algo que não se insere em uma verdade universal utópica. Se, por um lado, Castells (2009[1996]) defende a ideia de que a

economia, sociedade e cultura têm o poder de dar identidade à coletividade, sendo fontes importantes de significação e enraizamento de estruturas sociais, por outro, Hobsbawn (2012[1983]) critica os fenômenos sociais capazes de inventar tradições. Para este autor, os padrões podem ser apenas uma questão de necessidade e aqueles que costumavam proceder de determinada forma deixaram de fazê-lo; o que fora rejeitado por usuários tradicionais, fora adotado com entusiasmo por outras gerações.

Com base no conhecimento identitário e nos processos do conhecimento, questiona-se de que maneira as dinâmicas envolvendo o comércio que propiciaram a popularização dos armazéns de secos e molhados podem ter contribuído para a formação de cidades brasileiras em períodos anteriores ao século XXI, considerando o legado da cultura material. A existência dos armazéns coloniais nos anos 1800 e 1900 era justificada pela conveniência na facilitação no fornecimento de mercadorias para uso das famílias circunvizinhas, bem como dos passantes, com estímulos a fluxos migratórios em certos momentos (Vilela, 2011).

De acordo com dito popular, até meados da década de 1970, os secos e molhados vendiam “da agulha ao elefante” e fizeram da venda a crédito, conhecida como “fiado” e anotada na caderneta do comerciante, prática constante para fidelização da freguesia. Esses costumes eram tradicionais nas áreas urbanas e as prateleiras desses estabelecimentos, assoberbadas de produtos artesanais e de artefatos e gêneros alimentícios (Bach, 2010), ofereciam características identitárias à configuração das cidades à época.

Em virtude da possibilidade de auspicioso volume de negócios, os armazéns de secos e molhados eram posicionados estrategicamente em áreas mais povoadas ou que constituíssem passagem para a circulação de pessoas. Conforme a ocorrência de mudanças na vocação de determinados bairros, alguns perderam vitalidade e o movimento foi gradativamente diminuindo, inviabilizando o prosseguimento comercial daquelas instalações. Até então bem aceitos, com o crescimento do sanitarismo no século XX, caiu a popularidade e o interesse pelos seus produtos, pois, entre outros motivos, a maioria não era submetida à inspeção sanitária, causando desconfiança da população. Sua típica arquitetura em madeira, de conotação rural, foi se afastando dos modos de vivência na cidade, sendo, consoante Hardt e Hardt (2007), progressivamente caracterizada por materiais industrializados.

A partir da década de 1950, com o crescimento populacional, a especulação imobiliária e o desenvolvimento de planos urbanísticos, boa parte das cidades assumiu, de acordo com Hardt e Hardt (2007), outro limiar, frente a novos arruamentos, mudanças arquitetônicas e facilidades de transporte. Com a chegada das ferrovias e com a reconfiguração das relações de trabalho e produção, foram estabelecidas outras diretrizes para o consumo, momento importante para os armazéns, ainda necessários à época. No entanto, a formação de novos bairros e o reajuste do traçado urbano, com decorrente aumento à tolerância à maiores distâncias, também incitaram a alteração na estrutura do comércio.

No final da década de 1920, a “passagem de uma economia e sociedade de base agrária para uma organização predominantemente urbana e industrial” (Locatell, 2013, p.86), definiu o aumento do fluxo de pessoas em direção às áreas urbanizadas e mudou o tipo de suas atividades laborais.

Ofícios do campo e da cidade demandavam a utilização de equipamentos diferentes, tornando obsoleta boa parcela dos artefatos anteriormente úteis vendidos nos armazéns de secos e molhados. Outro fator agravante para a queda na procura pelos produtos fornecidos foi o advento da própria industrialização, a qual contribuiu fortemente na diminuição da necessidade de mão de obra manufatureira e, conseqüentemente, de ferramentas utilizadas pelos artesãos e comercializadas nas vendas desses estabelecimentos.

A introdução de maquinários nas atividades agropastoris também reduziu a oferta de trabalho para os moradores de áreas rurais e acentuou sua migração para os centros urbanos em busca de emprego. À medida em que as comunidades se esvaziavam, igualmente ficavam ociosas as prateleiras de secos e molhados e, não havendo suficiente fluxo de caixa, muitos comerciantes foram forçados a encerrar seus negócios. Contudo, os armazéns localizados em áreas favoráveis à sua continuidade ainda tiveram alguma “sobrevida”, mas sob algumas condições. Essa situação permitiu certo grau de conservação de remanescentes desses aspectos de cultura popular.

### **3 PERSPECTIVA CULTURAL: PERMANÊNCIAS E ALTERAÇÕES DAS PRÁTICAS COTIDIANAS**

Quais são as realidades atuais e as tendências futuras de bens patrimoniais da cultura popular? Para que as atividades dos proprietários de secos e molhados continuassem rentáveis, foram necessárias adaptações – mínimas ou radicais – dos armazéns restantes a novas funções. Os locais anteriormente destinados à exposição de mercadorias à venda foram substituídos por outros para disposição de mesas e cadeiras, atendendo a preferências do público, que passou a procurar esses locais para suprir carências espaciais marcantes nos primórdios da contemporaneidade, voltadas notadamente ao lazer em encontros sociais (Ortigoza, 2010).

Ponto de encontro de amigos, a arquitetura de espaço informal propicia a oferta e consumo de itens como petiscos, refeições e bebidas, usufruindo de lugares com aspectos familiares, devido à sua ambientação, em cuja decoração são comumente explorados objetos antigos. Desse modo, por imposição do mercado consumidor, os tradicionais “secos e molhados” foram adaptados para servir a outros fins, como bares e restaurantes em outro nível de status.

Na capital do citado estado do Paraná, por exemplo, a Família Szpak, proprietária do Armazém Santa Ana desde 1934, foi uma daquelas que se adaptaram à trajetória de vida do estabelecimento às sucessivas transformações, que exigiram esforço para reconfiguração dos espaços e artigos à venda. Hoje, oferece “mercadorias diferentes, que não são encontradas nas grandes redes de supermercados, [... permitindo que possa] continuar sendo um dos patrimônios culturais de Curitiba” (Carvalho, 2013, s.p.). Nesse tipo de ponto comercial, os balcões oferecem as apreciadas “comidas de boteco”, ocorrendo, inclusive, concursos disputados. Também costumam servir doses de tradicionais bebidas alcólicas destiladas, como a famosa “cachaça” (artesanal ou não), dentre outras.

Dadas as circunstâncias impostas à maioria dos armazéns, os que sobreviveram às transformações e novas exigências foram aqueles que, bem ou mal, foram adaptados às condições

presentes, uma vez que seus moldes iniciais foram alterados; em alguns casos, a mudança foi radical. A intervenção dos modos e meios de vida fez desses antigos estabelecimentos coloniais, locais propícios para práticas sociais contemporâneas, fator que impulsionou mudanças nas configurações dos seus espaços internos e nos seus locais destinados à exposição das mercadorias à venda, assim como nos tipos de consumidores e de produtos oferecidos.

Para Heredia, Palmeira e Leite (2010), nas cidades do interior dos estados do Sul do Brasil, o agronegócio ainda é importante fonte de renda, existindo, assim, um público para consumo dos produtos tradicionalmente comercializados nos armazéns. Também há outro tipo de frequentador dessas instalações, o qual, embora seja morador da área urbana, mantém hábitos mesclados aos da vida interiorana, valorizando costumes como a horta particular, o pequeno viveiro de aves e galináceos, e as pescarias de final de semana.

Hoje, alguns poucos exemplares podem ser localizados em bairros mais distantes do centro das cidades maiores, por representarem oportunidades de fornecimento de artigos a para moradores das circunvizinhanças, evitando que precisem se deslocar até outros pontos para fazer suas compras mais urgentes. Nesses casos, normalmente há dificuldade de competição com atacadistas e grandes redes supermercadistas. Por outro lado, em núcleos urbanos do interior, a cultura dos armazéns ainda subsiste, embora parca, sem grande representatividade. Esses locais, que originalmente serviam viajantes e tropeiros (Bach, 2010), os quais, na passagem, aproveitavam para negociar suas mercadorias, além de descansar e adquirir alguns produtos, hoje são submetidos a expectativas adversas de permanência.

Em ruínas, demolidos ou transformados em restaurantes e bares saudosistas em centros cosmopolitas, outra realidade desponta em cidades interioranas. Em municípios menores, em pequenas comunidades rurais e em pontos estratégicos de parada ao longo das rodovias, esse tipo de estrutura comercial ainda pode ser encontrado, sendo comercializados produtos alimentícios coloniais, itens de vestuário, artigos de couro, sementes e insumos agrícolas, semelhantes aos vendidos nos primeiros armazéns.

O formato persiste, mas os procedimentos necessários ao seu funcionamento impõem certas restrições. Dos primeiros códigos de posturas municipais aos órgãos específicos que atualmente exercem a orientação e fiscalização do comércio e serviços, a legislação procura intervir sobre o espaço da cidade de maneira a garantir a sua organização, impedindo práticas impróprias. Teleginski (2011, p.2) ressalta que, no Paraná do final dos anos 1800, havia dispositivos legais de regulamentação de atividades comerciais, seguindo a tradição legislativa portuguesa, contemplando o “o uso de pesos e medidas, horário de funcionamento, tipos de mercadorias, o valor e forma de arrecadação de impostos, o controle da higiene e salubridade dos estabelecimentos e dos produtos vendidos, além de questões ligadas ao abastecimento de gêneros alimentícios”.

Alguns mecanismos reguladores são estendidos à atualidade, porém, segundo Schmidt (2019), nos códigos de posturas das primeiras décadas do século XX no município catarinense de Porto União, tais estabelecimentos eram incluídos na categoria “casas de negócio” ou “casas comerciais”, os quais, nos registros tributários, constavam também como “armazéns de secos e molhados”, sendo que alguns ainda funcionavam como “bodegas” ou “botequins”. Posteriormente,

essas denominações deixaram de existir por sua generalização e ações restritivas sucessivas vieram a impedir a oferta compartilhada, no mesmo local, de insumos e fertilizantes juntamente com gêneros alimentícios, por exemplo.

Os armazéns de secos e molhados foram significativamente atingidos por essas normativas e outras semelhantes. Vale lembrar que, além da questão técnica, havia a estratégica, associada ao fato de que os gestores públicos tinham interesse na formação de núcleos regionais, concentrando habitações e áreas comerciais nos limites do perímetro urbano. De acordo com Teleginski (2011, p.9), em Irati, estado do Paraná, “uma forma encontrada pela Prefeitura para evitar casas comerciais dispersas pelo interior do município e estimular o crescimento da cidade foi através da criação de impostos diferenciados para os estabelecimentos na área urbana e rural”.

O interesse no controle mais efetivo ocorria por motivos diversos e um deles estava ligado às desconfianças de que, longe das vistas da administração pública, transações suspeitas de irregularidades pudessem prevalecer, diminuindo a arrecadação de tributos. Porém, Teleginski (2011, p.10–11) recorda que, naquela época, “quanto mais especializado fosse o estabelecimento e estivesse na área urbana, menor seria o imposto devido à Câmara. Ao contrário, quanto mais diversificado e mais distante, maior a taxa”.

Em complemento, Rolnik (2013[1997], p.13) argumenta que “a legislação municipal age como um marco delimitador de fronteiras de poder” ao mesmo tempo em que, facilitada pela existência de construções funcionais, a cidade termina por não ser exclusivamente “fruto da aplicação inerte do próprio modelo contido na lei”. O fato é que, entre decisões técnicas, determinações legais e opções econômicas, a memória dos armazéns de secos e molhados é paulatinamente apagada nas cidades brasileiras.

#### **4 PRESERVAÇÃO MEMORIAL: VALORES INTERDEPENDENTES DA CULTURA E DA ECONOMIA**

Quais são as valias culturais e econômicas da patrimonialização de bens populares? A regulação conveniente da organização do cotidiano, moldada sobre bases adaptadas e compatíveis com os novos moldes varejistas, desenrola-se naturalmente e, embora os cenários possam ser muito diferentes com o passar do tempo, não significa exatamente que tenham ocorrido rupturas drásticas com os moldes comerciais anteriores. As estruturas são acomodadas em função das diversas trajetórias percorridas pela sociedade; assim, são renovados os negócios, com a redução dos antiquários e das bancas de jornais, por exemplo. Paralelamente, há multiplicação das multilojas e do e-commerce, que apresentam significativas vantagens competitivas, notadamente durante a pandemia mundial da corona virus disease 2019 (COVID-19) (Bhatti et al., 2020).

Contudo, ainda há espaço para o investidor não alinhado à organização transformada do comércio. Parte da população continua usufruindo dos serviços prestados pelos proprietários locais aos moldes dos secos e molhados em cidades do Sul do Brasil, propícios à legitimidade cultural e afastados de costumes exógenos. De menor expressão quando comparados ao volume de transações alcançado por concorrentes supermercadistas ou pelas lojas de shopping centers, os

remanescentes estão inseridos principalmente em áreas rurais, em cidades interioranas ou em pontos com lacunas comerciais das grandes redes.

A localização estratégica dos estabelecimentos de pequeno porte, próxima aos clientes, permite menor dispêndio de tempo para encontrar a mercadoria desejada, além de facilidades no pagamento, uma vez que muitos desses comerciantes aceitam a postergação no acerto de contas (vendendo “fiado” e anotando na “caderneta”). Parcela dos serviços prestados também pode ser de ordem social, revelando espaços propícios ao encontro de vizinhos, de cunho emocional, personalizando o atendimento, ou, ainda, de caráter histórico, retomando referenciais aos que procuram identificação com o sistema alusivo à sua própria ancestralidade, reavivando memórias e fortalecendo aspectos culturais. Jacobs (2011[1961]) relata que cidades “vibrantes” são formadas por múltiplas condições escalares e defende que as escalas menores, como as atendidas pelos armazéns em questão, proporcionam vitalidade aos bairros.

Certeau, Giard e Mayol (2013[1990]) lembram que o cotidiano pode ser opressor ao proporcionar condições indesejadas na vida presente, oferecendo dificuldades na subordinação. Os mesmos autores sugerem que determinadas situações diárias podem oferecer, em contrapartida, o retorno positivo a um mundo memorial pela recordação de lugares da infância e de prazeres vividos em outros períodos.

O fato de grande parte desses pontos comerciais manterem características antigas em sua decoração atrai frequentadores sensíveis à linguagem histórica da arquitetura e dos objetos tradicionais com os quais tiveram contato em algum momento de suas vidas ou de seus antepassados. É comum armazéns disporem de artefatos nostálgicos, como prateleiras de madeira e baleiros, mesmo que hoje estejam exibindo outros tipos de balas e guloseimas. A memória olfativa, por exemplo, é provocada por fumos de rolo, queijos coloniais, cachaças envelhecidas e salames artesanais, que ornamentam os espaços e exalam odores característicos. Barbeitos (2009) destaca que lembranças evocadas por cheiros são diferentes de outras frente à sua expressiva carga emocional. Remetem a práticas familiares, oriundas de relações desfrutadas em detalhes cotidianos anteriores, ligando o uso presente à preservação de bens memoriais.

Certos itens representativos dos armazéns na memória coletiva permanecem e fazem parte da cultura popular, não erudita, mas ainda assim, nacional. O mobiliário utilizado para uso de atendentes e frequentadores é componente indissociável desses cenários, formados caracteristicamente por balcões antigos, por vezes revestidos em laminado melamínico, vitrines envidraçadas, balanças de pesagem e prateleiras afixadas nas paredes para expor “um pouco de tudo”. Mesas com revestimentos amadeirados ou multicoloridos, cadeiras com estrutura de madeira e assento e encosto em palha, e quadros de times de futebol são peças relativamente comuns na composição típica desses ambientes.

Embora sejam constituintes do patrimônio culturalmente herdado, o conceito para este legado já teve um peso diferente, pois, segundo Choay (2014[1992]), nos séculos XIX e XX, compreendia as chamadas “maravilhas do mundo” ou os monumentos nacionais assim considerados por critérios estéticos ou históricos. Essa conceituação privilegiava bens edificados, dando ênfase à sua materialidade, mas aos poucos vem sendo substituída por outra mais ampla. No âmbito nacional, a

cultura popular é salientada na Constituição Federal do país (Brasil, 1988, Artigo 216) como bens individuais ou conjuntos de caráter tangível e intangível que constituam referências à formação da sociedade brasileira, incluindo, além da concretude de “obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”, os atributos abstratos de “formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; e criações científicas, artísticas e tecnológicas”.

Outras abordagens e cuidados com os bens culturais têm incrementado a noção de patrimônio, englobando, sob a mesma perspectiva, as múltiplas paisagens e arquiteturas, os diversificados aspectos de tradição e arte, e os inúmeros documentos e sítios arqueológicos, os quais passaram a ser valorizados por agentes governamentais e atores comunitários. Observe-se, por exemplo, o caso de muitos armazéns que foram, em algum momento, de propriedade de imigrantes. Conforme Santos e Costa (2017), esses grupos empregaram seu estilo de habitação nas construções, dentre as quais podem ser incluídas as instalações comerciais.

Resistindo às interferências de agentes degradantes e à sucessão de modismos, a arquitetura, a decoração e o tipo de ambiente resultante compartilham o meio urbano com seus vizinhos de rua, convivendo, na maioria das vezes, harmoniosamente. A paisagem democrática criada, composta por variados estilos construtivos e ocupada por diferentes camadas socioeconômicas, fez surgir, dentro da cultura popular, usos inusitados para os velhos armazéns, criando identidades durante a sua trajetória.

Outras interpretações podem ser feitas sobre a multiplicidade de públicos na atualidade. Preliminarmente, parte-se da assertiva de que reuniões de pessoas de variadas condições sociais, econômicas e culturais oportunizam o compartilhamento democrático desses pontos de comércio, o que pode ter ocorrido em função da curiosidade pelas características arquitetônicas e novas funções atribuídas aos espaços anteriormente destinados aos secos e molhados. Em segundo lugar, podem ser aventadas as condições dos bairros onde está localizada a maior proporção dos antigos armazéns coloniais ainda em funcionamento, nos quais, normalmente, o poder aquisitivo é modesto, a concorrência é branda e os custos de funcionamento são menores. Essas são situações peculiares das periferias das cidades brasileiras e latinoamericanas, marcadas pela segregação socioespacial (Santos et al., 2017).

Os estabelecimentos remanescentes também estão situados em áreas mais antigas que, em algum momento, possam ter acolhido colônias de imigrantes que tiravam seu sustento das atividades campeiras e onde os modos de consumo ainda facilitam o tipo de comércio dos pequenos lojistas, adeptos do sistema de vendas fortemente individualizado. Muitas famílias tradicionais permaneceram nas propriedades originais, mas, por diversos fatores, como aumento populacional, exploração imobiliária e novas exigências urbanísticas, por exemplo, têm produzido a unificação progressiva dos bairros e, como indicam Oliveira e Peixoto (2009), mudanças nos seus perfis socioetnográficos.

Assim, as velhas instalações foram adaptadas às novas estruturas de distribuição, com renovação do rol de mercadorias, passando à priorização de produtos industrializados, até por conta

das exigências quanto ao controle sanitário de perecíveis. Por decorrência, passaram de armazéns a mercados, salvo algumas exceções.

Sua sobrevivência está intrinsecamente relacionada com a identificação de modos de vida, de formas de transição e de expressões de valores culturais de épocas, como fragmentos culturais. No entanto, há quem se oponha à ideia de permanência dos antigos moldes, discordando de que possa haver tantos benefícios nessas referências simbólicas ao ponto de justificar a sua repetição ou manutenção nas cidades contemporâneas. Como exemplo, Certeau, Giard e Mayol (2013[1990], p.189) citam os planejadores funcionalistas que vêem a conservação do patrimônio como resistência teimosa a um passado que cria “cicatrices rugosas” sobre “utopias lisas”. Adeptos da ordem construtivista, interpretam os bens patrimoniais como “fantasmas”, formando “escombros” que deixam escapar o futuro em uma política museológica.

Em certa medida, os armazéns de secos e molhados, embora em formato diferente do original, são comuns em cidades sulistas brasileiras de menor porte. Apesar de os ambientes físicos, os produtos à venda e os rituais de uso cotidiano desses espaços serem parcialmente semelhantes aos do passado, foram submetidos a adaptações relevantes. Se antes os centros urbanos dependiam, em grande medida, dos suprimentos comercializados nesses estabelecimentos, atualmente esses locais atendem a públicos mais específicos, como produtores rurais e moradores mais antigos de áreas urbanizadas, os quais mantêm condições tradicionais de cada região.

Parte da demanda atual vem da exploração comercial de determinadas atividades, a exemplo daquelas relativas tanto a viveiros de plantas e animais, quanto a tanques para criação e venda de peixes. Há, além desses, outros interesses que mantêm mais ou menos aquecido esse tipo de comércio, como as danças folclóricas com peças típicas de vestuário, tradicionais no Sul brasileiro. Catenacci (2001, p.31) argumenta que manifestações de cultura popular devem ser examinadas de maneira multidisciplinar frente à sua ampla abrangência no país, pois há “uma dicotomia estrutural da sociedade: de um lado, uma elite – que promoveria o progresso – e de outro, o povo – representando a permanência das formas culturais”.

Nos serviços rurais, há outro repertório de artefatos comercializados nessas vendas, como chapéus, botas e utensílios. São casos em que a atividade de secos e molhados tem continuidade em função da utilidade prática. Em vários sentidos, porém, a velocidade das mudanças sociais afeta a cultura e os modos de vida. É o caso do dinamismo moderno, por exemplo, cujo ritmo intenso de movimentos e ações provoca descontinuidades com relação a anteriores características culturais e vivências urbanas (Giddens, 2008[1991]), afetando aspectos do dia a dia.

No entanto, as alterações são mais lentas nas comunidades interioranas, pois o distanciamento dos grandes centros dita ritmos menos acentuados de transformação, mantendo-as afastadas por mais tempo da generalização ditada por novas referências globalizantes. Nesses contextos, a necessidade de rearticulação das práticas geralmente é menos urgente e a rotina cotidiana não é tão rapidamente afetada. Todavia, Veiga (2004, p.51) discorda das conjecturas extremistas sobre “completa urbanização”, com desaparecimento da sociedade agrária, ou sobre “renascimento rural”, pois a nova ruralidade pode não manter laços definitivos com o passado.

De qualquer forma, mesmo apresentando variações temporais, o contato com experiências inovadoras reflete descolamentos entre as tradições e as novas práticas. Determinadas correntes de pensamento colocam que, surgindo ordenamentos capazes de alterar significativamente referências importantes para a sociedade, há que se preservar parte suficiente do patrimônio de maneira a manter viva a memória social. Segundo Fonseca (2005[1997]), a preservação patrimonial na América Latina ainda está em processo de construção, diferente de países desenvolvidos e que gozam de longa história preservacionista.

No Brasil, os debates são relativamente recentes, pois somente em 1937 foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2020b). O órgão tem como missão promover o processo de preservação de bens culturais brasileiros com vistas ao fortalecimento de identidades e à garantia do direito à memória, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Na prática, planos formais e políticas estatais de preservação, comprometidos com a manutenção de símbolos da cultura nacional, passam por desafios. Fonseca (2005[1997], p.378) destaca que a expressiva ocorrência de “reclamações dos donos de propriedades privadas afetados pelos processos de tombamento e o impacto dessas queixas no complexo jurídico-econômico [dos mesmos...]” mostram facetas da reação popular. Essa resistência negativa não é hegemônica, mas é compreensível. Os programas preservacionistas são enfraquecidos por fatores como a heterogeneidade sociocultural e as crises da economia e da educação no país, somados a outros como a fração da população que não se sente representada ou é alheia à importância de ações patrimoniais.

Contudo, no Sul brasileiro, há cidades com diretrizes de valorização de realidades locais, a exemplo de Curitiba, Paraná. Parte da memória municipal contemplando os secos e molhados está preservada no Museu Paranaense, o qual mantém, em seu acervo, coleções de produtos costumeiramente vendidos nos armazéns coloniais no século XIX e XX (MUPA, 2020). Afora remanescentes como o já citado Santa Ana e os secos e molhados das famílias Brusamolin e Nogaroli, dentre outros, há estruturas arquitetônicas desativadas, porém representativas para a memória curitibana. A maior probabilidade de encontrar atividades desse tipo na capital paranaense está em bairros que mantém configurações e costumes tradicionais, mais antigos ou turísticos, alguns destes com forte apelo étnico de imigrantes, especialmente de alemães, italianos, poloneses e ucranianos, em especial por suas tradições ruralistas (Curitiba, 2020).

Se, em momentos anteriores, a existência desse modelo de comércio era justificada por necessidades práticas, a insistência nesse formato na atualidade ocorre por mais de um motivo. Além dos objetivos pragmáticos de fornecimento de materiais interessantes a um público-alvo cativo, há o comprador não contumaz, aquele “de final de semana” ou mesmo o turista curioso, ou ainda alguém que procura identificar fragmentos de sua história ao rememorar modos de fazer e viver próprios das cidades interioranas.

Como forma de esboçar reaproximações com o passado, quase um “*déjà vu*” de ambientes e produtos em períodos progressos da vida, há o trabalho profissional de realizar psicologicamente a transmissão de ideias para o sujeito que já esteve naquele lugar e viu aqueles objetos de decoração ou outro elemento compositivo dos seus cenários. São espaços tecnicamente projetados seguindo

organização proposital, cujos resultados configuram estereótipos com a tentativa de buscar aproximação com o ambiente descontraído e familiar propiciado pelo armazém colonial original, garantindo legitimidade a grupos sociais e suas práticas (Lemos et al., 2018).

Marcos temporais derivados da sucessão de acontecimentos dos quais resultaram os armazéns de secos e molhados já não correspondem às necessidades da população da maioria das cidades brasileiras. Nessa condição, sua manutenção em funcionamento ou sua retomada talvez careçam de sentido. Ao mesmo tempo, sua gentrificação seria justificável por seu efeito nostálgico, embora descaracterizado, mas se presta à presente discussão, valendo destacar o argumento de Helms (2003) de que há influências significativas das características de um edifício e sua vizinhança na probabilidade de renovação do mesmo.

Atenta-se, conclusivamente, para a possibilidade de perdas irreparáveis de aspectos da cultura popular brasileira relacionados às práticas cotidianas, o que torna imprescindível a assunção de medidas para preservação do patrimônio material e imaterial dos armazéns de secos e molhados. Algumas opções consistem na sistematização dos registros documentais, na multiplicação de acervos públicos e particulares, no cadastramento de objetos e na organização de coleções, com salvaguarda efetiva de unidades e conjuntos tangíveis e intangíveis com relevantes aspectos turísticos e museológicos, considerando referenciais teóricos e imagéticos.

## **5 CONCLUSÃO**

Na busca de respostas para a questão de pesquisa sobre as formas pelas quais as dinâmicas envolvendo o comércio que propiciaram a popularização dos armazéns de secos e molhados contribuíram para a formação de cidades brasileiras em períodos anteriores ao século XXI, considerando o legado da sua cultura material, são identificados fatores desencadeantes dos processos de transformação urbana que promoveram o desenvolvimento e posterior decadência desses estabelecimentos coloniais. Seguindo inicialmente o caminho dos tropeiros, é apontado o fato de que os deslocamentos humanos e decorrentes relações sociais, bem como as condições de produção, transporte e consumo dos seus produtos, traçaram diretrizes favoráveis às conexões comerciais.

Com as mudanças urbanísticas derivadas do dinamismo econômico, é estabelecido um recorte identitário desses bens patrimoniais da cultura brasileira, especialmente na Região Sul do Brasil. Assim, são delineados modos de construção de identidade social a partir de características urbanas produzidas pelas condições de desenvolvimento da economia.

Após sucessivas transformações de caracteres variados, aquelas observadas na paisagem e decorrentes de modificações nas trocas mercantis não deixaram de assinalar em algum grau, mesmo que reduzido, costumes e tradições regionais. Em função desses registros, torna-se possível resgatar práticas cotidianas a espaços e tempos próprios, em uma perspectiva cultural de permanências e alterações estruturantes. Se, por um lado, a concepção urbanística tem seguido tendências homogeneizantes, por outro, as cidades reúnem singularidades distintivas e atribuem feições personalizadas e heterogêneas aos seus cenários. Mas, na tentativa de alcance do status de

“modernas”, com o intuito de desvinculação das suas características coloniais ligadas ao “atraso tecnológico”, são sujeitas a “renovações” associadas a estilos funcionais e atemporais, com perdas de bens em diversos níveis, incluindo aqueles relacionados às instalações de secos e molhados. Essas são realidades atuais e tendências futuras de patrimônios da cultura popular.

Pelos resultados da discussão sobre preservação memorial a partir de valores interdependentes da cultura e da economia, partindo do pressuposto do espaço e suas dinâmicas de uso como produto histórico e relacional formado no cotidiano da sociedade, interpreta-se que, ao negar ou agregar o passado, são construídas identidades. Demolindo o velho armazém, apaga-se a história do lugar e são cortadas as suas raízes, tornando-o irreconhecível. Por outro lado, as cidades são libertadas de apoios instáveis, relegando a segundo plano a insistência em modelos já desconectados das práticas cotidianas e dos gostos atuais. Nesse caso, as mudanças são evidentes, distinguindo valias culturais e econômicas da patrimonialização de bens populares.

Figuras históricas, cujo modelo teve ampla serventia por mais de dois séculos no Brasil, os armazéns de secos e molhados oferecem oportunidades de reflexão sobre cultura, identidade e processos urbanos. As cidades que conseguem preservar memórias contam histórias e emergem contrárias à concepção simplista, de caráter exclusivamente racional e cartesiano de ordenamento. Para serem compreendidas, não precisam ser duais – ou novas ou velhas, ou modernas ou tradicionais. Podem ser resultantes da integração de seus vários elementos componentes, traduzidos em enredos peculiares e, por isso mesmo, interessantes.

A vida em áreas urbanizadas não precisa ser reduzida à simples oferta de elementos facilitadores e altamente especializados. Riquezas que compõem paisagens diversificadas, formatadas sobre configurações de diversas épocas, estruturam coletivamente determinada sociedade, conferindo-lhe identidades reconhecíveis por recortes de espaço e de tempo, entremeadas de particularidades. Pelo estudo do desenvolvimento econômico e das mudanças culturais relacionadas aos armazéns de secos e molhados na memória brasileira, conclui-se que a “cidade-memória” pode ser tanto “isso” quanto “aquilo”, ou seja, com capacidade de expressar dinâmicas temporais de práticas cotidianas de dependência entre cultura e economia.

## REFERÊNCIAS

- Bach, Arnaldo Monteiro. (2010). “Trapeiros”. Ponta Grossa, PR, BR: edição do autor.
- Barbeitos, Carmo Lédna Pereira. (2009). “Matéria onipresente: folhas que não guardei”. (2009) 119f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, BA, BR.
- Batthi, Anam, Akram, Hamza, Basit, Hafiz Muhammad, Khan, Ahmed Usman, Mahwish, Syeda, Naqvi, Raza, e Bilal, Muhammad. (2020). “E-commerce trends during COVID-19 pandemic”. International Journal of Future Generation Communication and Networking, Sydney, AU: Science and Engineering Research Support Society – SERSC, 13(2), 1449–1452, Jun.

- Boto, Carlota. (2000). “O Brasil que Portugal escreveu: pedagogia e política sem comemorações”. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, RJ, BR: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, (15), 16–40, set./dez.
- Branski, Regina Meyer, e Laurindo, Fernando José Barbin. (2013). “Tecnologia da informação e integração das redes logísticas”. *Gestão e Produção*, São Carlos, SP, BR: Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 20(2), 255–270, jun.
- Brasil. (1988). “Constituição da República Federativa do Brasil”, de 05 de outubro de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo*, Brasília, DF, BR, 05 out.
- Carvalho, Joyce. (2013). “Armazém ajuda a contar a história de Curitiba”. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/amazem-ajuda-a-contar-a-historia-de-curitiba/>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- Castells, Manuel. (2009[1996]). “The rise of the network society. The Information Age: Economy, society and culture”. 2<sup>nd</sup>ed. v.1. Oxford, UK: Wiley-Blackwell.
- Catenacci, Vivian. (2001). “Cultura popular: entre a tradição e a transformação”. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, SP, BR: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, 15(2), 28–35, abr.
- Certeau, Michel de, Giard, Luce, e Mayol, Pierre. (2013[1990]). “A invenção do cotidiano, 2: habitar, cozinhar”. Tradução de Ephem Ferreira Alves. 12.ed. Petrópolis, RJ, BR: Vozes. (Título original: “L'invention du quotidien, II: Habiter, cuisiner”. Paris, FR: Gallimard – Folio Essais)
- Choay, Françoise. (2014[1992]). “A alegoria do patrimônio”. Tradução de Luciano Vieira Machado. 5.ed. São Paulo, SP, BR: Estação Liberdade. (Título original: “L'allégorie du patrimoine”. Paris, FR: Seuil)
- Curitiba. (2020). “História – imigração”. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/historia-imigracao/208>. Acesso em: 06 dez. 2020.
- DaMatta, Roberto (1986). “O que faz o Brasil, Brasil?” Rio de Janeiro, RJ, BR: Rocco.
- Debreu, Gérard. (2001[1959]). “Théorie de la valeur”. 2.ed. Paris, FR: Dunod.
- Fonseca, Maria Cecília Londres (2005[1997]). “O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil”. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ, BR: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.
- Freire, Maria Emília Lopes, e Lacerda, Norma. (2017). “Patrimônio Ferroviário: em busca dos seus lugares centrais”. *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, PR, BR: Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PPGTU-PUCPR, 9(3), 559–572, Dec.
- Freitas, Guilherme Barroso Langoni de, Andriola, Alessandra, Gauer, Ana Gabriela, e Lenk, Larize Suelen da Silveira. (2011). “Erva-mate, muito mais que uma tradição, um verdadeiro potencial terapêutico”. *Revista Eletrônica de Farmácia*, Goiânia, GO, BR: Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás – FF-UFG, VIII (3), 101–113.
- Giddens, Anthony. (2008[1991]). “Modernity and self-identity: Self and society in the late Modern Age”. repr. Cambridge, UK: Polity.

- Haesbaert, Rogério. (2012). “Hibridismo cultural, ‘antropofagia’ identitária e transterritorialidade”. In: Barthe-Deloizy, Fancine, e Serpa, Angelo. (Org.) “Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia”. Salvador, BA: Editora da Universidade Federal da Bahia – EdUFBA; L’Harmattan, 27–46.
- Hall, Stuart. (2006[1992]) “A identidade cultural na pós-modernidade”. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro, RJ, BR: DP&A (Título original: “The questions of cultural identity”. In: Hall, Stuart, Held, David, e McGrew, Tony. (Ed.). Cambridge, UK: Polity, chapter 6)
- Hardt, Letícia Peret Antunes, e Hardt, Carlos. “Contexto histórico de intervenção na paisagem e espaços urbanos”. Paisagem e Ambiente, São Paulo, SP, BR: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, (23), 101–107.
- Helms, Andrew C. (2003). “Understanding gentrification: an empirical analysis of the determinants of urban housing renovation”. *Journal of Urban Economics*, Cambridge, MA, US: 54(3), 474–498, nov.
- Heredia, Beatriz, Palmeira, Moacir, e Leite, Sérgio Palmeira. (2010). “Sociedade e economia do ‘agronegócio’ no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, SP, BR: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — ANPOCS, 25(74), 159–196, out.
- Hobsbawn, Eric. (2012[1983]). “Introduction: Inventing traditions”. In: Hobsbawn, Eric; e Ranger, Terence (Ed.) “The invention of tradition”. Cambridge, UK: Cambridge University Press, chapter 1.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2020a). “Bibliografia geral do patrimônio”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/bibliografiaPatrimonio>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2020b). “O IPHAN”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- Jacobs, Jane. (2011[1961]). “The death and life of great American cities”. 50<sup>th</sup>ed(anniv.). New York, NY, US: Modern Library.
- Lancaster, Kelvin J. (1991). “Modern consumer theory”. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Lemos, Flávia Cristina Silveira, Galindo, Dolores, Zanella, Andrea, Bengio, Fernanda Cristine Santos, e Assis, Neiva de. (2018). “Políticas de patrimonialização e a produção de subjetividades ao Sul do Brasil”. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, SP, BR: Associação Brasileira de Psicologia Política – ABPP, 18(41), 7–17, abr.
- Locatel, Celso Donizete. (2013). “Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil”. Mercator, Fortaleza, CE, BR: Universidade Federal do Ceará – UFC, 12(2esp.), 85–102, set.
- Mocellin, Renato. (2018). “História concisa do Paraná”. Curitiba, PR, BR: Autores Paranaenses.
- MUPA – Museu Paranaense. (2020). “Acervo histórico-cultural”. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.org.br>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- Oliveira, Adriana Mara Vaz de, e Peixoto, Elane Ribeiro. (2009). “Estudos de bairros: entre a arquitetura e a história”. *Revista Mosaico*, São José do Rio Preto, SP, BR: Instituto de

- Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2(1), 59–67, jan./jun.
- Oliveira, Ruben George. (2010). “Urbanização e mudança social no Brasil”. Rio de Janeiro, RJ, BR: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais – CEPS.
- Ortigoza, Silvia Aparecida Guarnieri. (2010). “As paisagens do consumo nas metrópoles: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul”. São Paulo, SP, BR: Cultura Acadêmica.
- Quevedo, Júlio. (2003). “História compacta do Rio Grande do Sul”. Porto Alegre, RS, BR: Martins Livreiro.
- Ribeiro, Darcy. (2015[1995]). “O povo brasileiro: a formação e o sentido de Brasil”. reimpr. São Paulo, SP, BR: Global.
- Rolnik, Raquel. (2013[1997]). “A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo”. 3.ed. São Paulo, SP, BR: Studio Nobel; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.
- Santos, Alexandre Pereira, Polidori, Maurício Couto, Peres, Otávio Martins, e Saraiva, Marcus Vinícius. (2017). Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, PR, BR: Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, 9(3), 430–443, set./dez.
- Santos, Soraia Costa dos, e Costa, Silvia Kimo. (2017). “Arquitetura vernacular ou popular brasileira: conceitos, aspectos construtivos e identidade cultural local”. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, 24(36), 218–258, 2.sem.
- SC – Santa Catarina. (2020). “História”. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/conhecasc/historia>. Acesso em: 24 nov. 2020.
- Schmidt, Orlando José. (2019). “Entrevista: Direção do Departamento de Tributos e Fiscalização da Prefeitura Municipal de Porto União”. Porto União, PR, BR: 14 nov. 2019.
- Tabacow, José Waldemar. (2004[1987]). “Roberto Burle Marx: arte e paisagem”. reimpr. São Paulo, SP, BR: Nobel.
- Teleginski, Neli Maria. (2011). “Armazéns, bodegueiros e a Câmara Municipal: o comércio de secos e molhados e os códigos de posturas da cidade de Irati – PR, 1907-1920”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, SP, BR: Associação Nacional de História – ANPUH, jul., 1–13.
- Veiga, José Eli da. (2004). “Destinos da ruralidade no processo de globalização”. Estudos Avançados, São Paulo, SP, BR: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – USP, 18(51), 51–67, maio/ago.
- Vilela, Elaine Meire. (2011) “Sírios e libaneses: redes sociais, coesão e posição de status”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, SP, BR: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — ANPOCS, 26(76), 157–225, jun.